

Influência do prestígio do curso universitário sobre os ganhos de egressos do ensino superior no mercado de trabalho

José Roberto Abreu de Carvalho Junior

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: embora existam consideráveis evidências de uma correlação positiva entre escolaridade e renda e dos efeitos positivos do diploma universitário para ganhos ocupacionais e salariais de indivíduos no mercado de trabalho, até o momento, ao redor do mundo, poucas pesquisas investigaram se esses ganhos são distintos pelo prestígio do curso universitário realizado pelo egresso do ensino superior.

Objetivo/proposta: analisar a influência do prestígio do curso universitário sobre os ganhos de egressos do ensino superior no mercado de trabalho.

Procedimentos Metodológicos: aplicamos um questionário eletrônico a uma expressiva amostra de 11.458 egressos, de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais e das cinco regiões do Brasil. Utilizamos os métodos do Teste de Qui-Quadrado e Regressão Logística Multinomial, cujas variáveis dependentes foram “escolaridade da ocupação” e “remuneração” dos egressos. Baseando em evidências da literatura e do senso comum, classificamos os cursos de Medicina, Direito e Engenharias como de maior prestígio social e os demais cursos como de menor prestígio social.

Principais Resultados: os resultados sugerem que o prestígio do curso universitário tem uma influência positiva sobre a ocupação e remuneração dos egressos, pois egressos Médicos, Advogados e Engenheiros recebem significativamente maiores salários e, em geral, são mais prováveis a trabalharem em cargos/empregos ditos mais qualificados, que exigem maiores níveis de escolaridade do que os egressos dos demais cursos.

Considerações Finais/Conclusão: os resultados sugerem que a escolha do curso de graduação pelo estudante de ensino superior pode resultar em futuras desigualdades de ganhos no mercado de trabalho, uma vez que as carreiras universitárias mais prestigiadas pela sociedade brasileira oferecem melhores recompensas econômicas para seus profissionais.

Contribuições do Trabalho: até agora, nenhuma pesquisa fez uma análise ampla comparando, a partir de diferentes cursos, universidades e regiões do país, os ganhos de egressos do ensino superior público brasileiro no mercado de trabalho em função do prestígio do seu curso universitário. Logo, contribuímos para a literatura ao preencheremos essa importante lacuna no conhecimento. Como contribuição prática, nossos resultados podem ajudar a subsidiar a tomada de decisão de gestores públicos no que diz respeito à formulação de políticas públicas educacionais visando o combate de desigualdades no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: prestígio do curso; universidade federal; universidade pública; egressos; mercado de trabalho.

1. Introdução

A Teoria do Capital Humano (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961) afirma que a educação é um caminho no qual o indivíduo investe tempo e esforço para adquirir conhecimento e aumentar o seu nível de escolaridade com a expectativa de se desenvolver pessoal e profissionalmente e obter uma melhor qualidade de vida. O argumento principal da Teoria do Capital Humano é que quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo, maior e melhor tenderá a ser a sua produtividade e esse processo lhe proporcionará o acesso a melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, a uma maior renda no trabalho em sociedades capitalistas (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961). Logo, segundo a Teoria do Capital Humano, o nível de escolaridade do indivíduo é que seria o principal determinante da sua posição no mercado de trabalho, pois quanto maior for o seu nível de escolaridade, melhor será o seu emprego e a sua remuneração.

No entanto, embora se tenha considerável evidência, ao longo do tempo, de uma correlação positiva entre escolaridade e renda e dos efeitos positivos do diploma universitário para ganhos individuais no mercado de trabalho, na maioria das vezes, confirmando a Teoria do Capital Humano, até o momento, ao redor do mundo, poucos estudos investigaram se esses ganhos ocupacionais e salariais são distintos pelo prestígio do curso realizado pelo egresso do ensino superior (KIRKEBOEN; LEUVEN; MOGSTAD, 2016). Dada essa escassez de pesquisas comparativas, ainda não existe evidência suficiente que permita dizer que o diploma universitário, de todos os diferentes cursos, realmente melhora os resultados de egressos do ensino superior no mercado de trabalho (HASTINGS; NEILSON; ZIMMERMAN, 2013).

Evidências apontam que egressos de cursos de menor prestígio social podem encontrar barreiras sociais e serem alocados em ocupações de menor remuneração comparadas às de egressos de cursos de maior prestígio, mantendo a desigualdade social em função do curso universitário realizado pelo egresso do ensino superior (LOPES, 2016; VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019). Médicos estão no topo da hierarquia salarial das carreiras universitárias brasileiras (IPEA, 2015). Além disso, no senso comum, Médicos, Advogados e Engenheiros brasileiros detêm um status cultural que lhes conferem maior prestígio social (LEMOS, 2019). No Brasil, mais especificamente, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estudantes negros de baixa renda são menos prováveis a alcançarem o topo dos maiores rendimentos econômicos no mercado de trabalho em função da sua origem familiar e do prestígio do seu curso (DURYEA et al., 2019). O prestígio do curso universitário pode, então, ser uma ferramenta promotora de desigualdades de ganhos no mercado de trabalho, mesmo entre profissionais altamente qualificados, como são os egressos do ensino superior.

Diante desse cenário de escassez de pesquisas comparativas analisando os possíveis efeitos de desigualdades de ganhos a partir do prestígio do curso universitário, sobretudo no Brasil, e de preocupantes evidências apontadas pela literatura brasileira que apontam para essa desigualdade (DURYEA et al., 2019; IPEA, 2015; LOPES, 2016; MACHADO; REYES; RIEHL, 2021; VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019), questionamos: o prestígio do curso universitário afeta os ganhos de egressos do ensino superior no mercado de trabalho? Para responder essa pergunta, o objetivo do artigo é analisar a influência do prestígio do curso universitário sobre os ganhos de egressos do ensino superior no mercado de trabalho. Baseando em evidências empíricas da literatura brasileira sobre o tema (DURYEA et al., 2019; IPEA, 2015; MACHADO; REYES; RIEHL, 2021), assumimos como hipótese que o prestígio do curso universitário tem uma influência positiva sobre os ganhos de egressos do

ensino superior no mercado de trabalho, onde egressos de cursos de maior prestígio social colhem maiores recompensas materiais do que egressos de cursos de menor prestígio social.

Ao melhor de nosso conhecimento, até agora, nenhuma pesquisa fez uma análise ampla comparando, a partir de diferentes cursos, universidades e regiões do país, os ganhos de egressos do ensino superior público brasileiro no mercado de trabalho em função do prestígio do seu curso universitário. Contribuímos para a literatura ao preenchermos essa importante lacuna no conhecimento. Como contribuição prática, nossos resultados podem ajudar a subsidiar a tomada de decisão de gestores públicos no que diz respeito à formulação de políticas públicas educacionais e de trabalho, emprego e renda, visando o combate de desigualdades no mercado de trabalho em uma sociedade brasileira conhecida por possuir uma forte desigualdade de renda na sua população, considerada uma das maiores do mundo.

Esse artigo está assim estruturado: além dessa Introdução, na seção 2, apresentamos a revisão da literatura sobre o tema, a nível nacional e internacional; na seção 3, apresentamos os procedimentos metodológicos que utilizamos para alcançar nosso objetivo; na seção 4, apresentamos os resultados encontrados; na seção 5, discutimos esses resultados; e na seção 6, apresentamos as conclusões a que chegamos, apresentando limites da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2. Prestígio do curso universitário e desigualdade de ganhos no mercado de trabalho

O trabalho seminal de Lucas (2001) sobre a desigualdade efetivamente mantida na educação acrescentou à Teoria do Capital Humano uma dimensão horizontal da escolaridade e seu papel no mercado de trabalho: o da diferenciação da formação. Lucas (2001) afirma que quando o diploma universitário se expande para as grandes massas, como tem sido a tendência em todo o mundo, as elites buscam meios de se diferenciar tanto verticalmente quanto horizontalmente das classes dominadas. Uma vez que o diploma de graduação se torna comum e em virtude da sua disponibilidade de tempo e recursos financeiros, estudantes das elites buscarão cada vez mais aumentar a sua escolaridade continuando seus estudos em nível de pós-graduação, fazendo cursos de mestrado e doutorado (dimensão vertical), especializando-se em áreas de maior prestígio social e em universidades de melhor qualidade (dimensão horizontal). Segundo Lucas (2001), esse processo mantém efetivamente as desigualdades entre as classes, pois a classe dominante estará sempre à frente da classe dominada em termos de diferenciação quantitativa e qualitativa das suas credenciais educacionais, que serão, posteriormente, valorizadas no mercado de trabalho.

Entretanto, acompanhando uma tendência mundial, no Brasil, são ainda escassas as pesquisas que tenham feito análises comparativas sobre os retornos salariais e ocupacionais dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho em função do prestígio do seu curso universitário. Logo, a tese de Lucas (2001) ainda permanece sistematicamente negligenciada por pesquisadores brasileiros, o que justifica uma maior atenção empírica sobre o tema. Entre as pesquisas disponíveis, há evidências que sugerem que egressos dos cursos da área da Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) obtêm significativamente maiores retornos no mercado de trabalho do que os egressos dos demais cursos da universidade (MACHADO; REYES; RIEHL, 2021). Dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2009 e 2012, mostram que, em relação aos retornos das diferentes carreiras universitárias no mercado de trabalho, o curso de Medicina fornece o melhor salário médio mensal para seus concluintes (R\$ 8.459,45) enquanto que a área de Religião fornece o menor salário médio mensal (R\$ 2.175,79) (IPEA, 2015).

Em um estudo de caso de uma prestigiada universidade brasileira¹, as evidências apontam que, de maneira surpreendente, egressos de cursos de menor prestígio, considerados os de menor concorrência na admissão à universidade, obtêm melhores retornos no mercado de trabalho do que egressos de cursos de maior prestígio (GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO, 2019). Essa diferença nos resultados em função dos cursos reforça os argumentos de Manzoni e Streib (2019), para os quais não seria o curso ou a qualidade da universidade os determinantes dos resultados no mercado de trabalho, mas sim o tipo de ocupação, o setor de atuação, a oferta de vagas de emprego e a localização urbano/geográfica do egresso do ensino superior.

O quadro 1 apresenta evidências da literatura internacional que apontam as diferenças de ganhos no mercado de trabalho de egressos que frequentaram universidades de prestígio, consideradas as de maior renome e/ou de maior qualidade no ensino, em seus respectivos países em função do curso universitário realizado pelos egressos.

Quadro 1. Literatura que examina os retornos salariais e ocupacionais no mercado de trabalho em função do curso de graduação de egressos de universidades de prestígio, por país

Autor(es)	País	Cursos/áreas com maiores retornos	Cursos/áreas com menores retornos
Eide, Hilmer e Showalter (2016)	Estados Unidos	Negócios	Ciência
Bobbitt-Zeher (2007)	Estados Unidos	Engenharias	Educação
Thomas e Zhang (2005)	Estados Unidos	Administração, Engenharias, Saúde e Matemática	Educação, Ciências Biológicas e História
Thomas (2003)	Estados Unidos	Engenharias e Saúde	Educação e História
Rumberger e Thomas (1993)	Estados Unidos	Engenharias, Saúde, Matemática e Administração	Educação, Ciências Sociais e Humanidades
Zhang (2008)	Estados Unidos	Ciência e Engenharia	-
Ma e Savas (2014)	Estados Unidos	Matemática, Administração e Engenharias	-
Reed e Miller (1970)	Estados Unidos	Engenharias, Ciências Físicas e Administração e Comércio	-
Monaghan e Jang (2017)	Estados Unidos	-	Artes e Ciência
Sullivan et al (2018a)	Reino Unido	Direito, Economia e Administração	Ciências Sociais, Artes, Humanidades e Letras
Walker e Zhu (2018)	Reino Unido	Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática	Ciências Sociais, Artes e Humanidades
D'Aguiar e Harrison (2016)	Reino Unido	Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática	Demais cursos
Wakeling e Savage (2015)	Grã-Bretanha	Ciências Sociais e Direito	Ciências Naturais, Engenharias, Artes e Humanidades
Sullivan et al (2018b)	Inglaterra e País de Gales	Ciência, Tecnologia, Engenharias, Matemática, Direito, Economia e Administração	Demais cursos
Iannelli, Gamoran e Paterson (2018)	Escócia	Engenharias, Tecnologia, Administração e Saúde	-

(continua)

¹ As autoras não mencionam o nome da universidade.

Quadro 1. Literatura que examina os retornos salariais e ocupacionais no mercado de trabalho em função do curso de graduação de egressos de universidades de prestígio, por país

Autor(es)	País	Cursos/áreas com maiores retornos	Cursos/áreas com menores retornos
McGuinness (2003)	Irlanda do Norte	Ciências Sociais e Medicina	-
Koshy, Seymour e Dockery (2016)	Austrália	Medicina e Direito	-
Birch, Li e Miller (2009)	Austrália	Tecnologia da Informação, Engenharias, Saúde Pública, Educação, Administração e Comércio	Ciência e Agricultura
Triventi, Vergolini e Zanini (2017)	Itália	Medicina e Direito	Ciências Sociais
Gerber e Schaefer (2004)	Rússia	Engenharias, Economia, Administração de Empresas, Direito e Administração	Educação, Agricultura, Humanidades, Ciências Sociais, Medicina e Ciência
Kong (2017)	China	Engenharias, Administração, Ciências Sociais e Artes Liberais	Ciência e Direito
Choi e Bae (2020)	Coreia do Sul	-	Humanidades, Ciências Sociais e Educação
Hastings, Neilson e Zimmerman (2013)	Chile	Saúde, Ciência e Tecnologia, Ciências Sociais e Administração de Empresas	Artes, Humanidades e Educação
Zimmerman (2019)	Chile	Negócios e Medicina	-
Barrera-Orsorio e Bayona-Rodríguez (2019)	Colômbia	Engenharias, Saúde, Ciências, Economia e Administração	Artes e Humanidades

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das evidências aqui reunidas, parece plausível dizer que as características e o nível de prestígio dos cursos podem não ser uma fonte decisiva de retornos lucrativos no mercado de trabalho, pois podem depender também da sua valorização no meio social, do contexto e das características econômicas do mercado de trabalho onde o egresso do ensino superior está situado. Por exemplo, pelo quadro 1, é possível percebermos que se, por um lado, cursos nas áreas das Ciências Sociais são tratados como de menor prestígio social e produzem menores retornos para seus profissionais na Itália (TRIVENTI; VERGOLINI; ZANINI, 2017), por outro lado, eles estão entre aqueles que produzem maiores retornos para egressos do ensino superior na China (KONG, 2017).

Uma vez que mercados de trabalho são distintos, então podem perder força os argumentos dogmáticos de Arcidiacono (2005), que afirma que o curso universitário do egresso afetará seus ganhos futuros de maneira permanente, pois cenários do mercado de trabalho estão sujeitos a transformações socioeconômicas, que podem afetar o valor do curso universitário em diferentes espaços e períodos de tempo. Mas é bom destacar que egressos de cursos de menor prestígio social, além de receberem menores remunerações no mercado de trabalho e a ocuparem postos de trabalho de menor prestígio social, tendem a não continuar os estudos em nível de pós-graduação (PITT; ZHU, 2019), o que pode, portanto, gerar um efeito acumulado de desvantagens e desigualdades de ganhos no mercado de trabalho em função do

prestígio do seu curso universitário. Cabe verificar empiricamente como esse processo ocorre no contexto brasileiro.

3. Procedimentos metodológicos

Nossa pesquisa possui abordagem estritamente quantitativa dos dados. Para atingir nosso objetivo, realizamos um *Survey*, do tipo *cross-section*, aplicando, entre 15 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, um questionário eletrônico por meio do Formulários Google a uma expressiva amostra final de 11.458 egressos ($n = 11.458$), de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais brasileiras, de todas as cinco regiões do país e que colaram grau entre 2016 e 2021. Ou seja, considerando a aplicação do questionário no fim de 2021, nossa amostra abrange egressos que concluíram seu curso em um período que não chega a seis anos de colação de grau.

A aplicação do questionário se deu em virtude da inexistência de dados oficiais por parte de organizações governamentais como o Ministério da Educação (MEC), por exemplo, sobre a vida profissional dos egressos das universidades federais após a conclusão do seu curso de graduação. Essa ausência de dados sinaliza que, no Brasil, parece não haver uma cultura de se acompanhar a vida dos egressos após eles se formarem na universidade, embora egressos sejam uma das principais fontes de informação para a tomada de decisão na gestão educacional e nas políticas educacionais (PAUL, 2015). Logo, vislumbramos o questionário como um instrumento capaz de obter esses dados e produzir resultados satisfatórios que lancem luz sobre a vida dos egressos após a universidade federal. Pesquisas recentes semelhantes ao nosso artigo também aplicaram questionário a egressos do ensino superior na China (JIA; LI, 2021), na Índia (SEKHRI, 2020), no Chile (ESPINOZA et al., 2019) e na Itália (ANELLI, 2020).

A escolha da amostra composta exclusivamente por egressos de universidades federais e não de universidades particulares, por exemplo, se deu para avaliarmos os retornos econômicos produzidos pelo ensino superior público brasileiro, em que universidades federais juntamente com as estaduais se destacam em termos de prestígio e da qualidade do ensino ofertada, como atestam diferentes rankings de avaliação do ensino superior (BLAZOTTO et al., 2022a, 2022b). Considerando as possíveis diferenças no mercado de trabalho, pretendíamos, inicialmente, aplicar o questionário aos egressos de todos os cursos presenciais de graduação, de todas as universidades federais do Brasil. A nossa opção por incluir todas as universidades federais do país se deu em virtude de evitar vieses na escolha das universidades participantes e, consequentemente, na coleta dos dados e análises dos resultados.

Das 69 universidades federais existentes atualmente, nós não entramos em contato somente com seis delas por terem sido criadas apenas recentemente (de 2018 em diante) e provavelmente não terem turmas de egressos no momento de aplicação do questionário². Das 63 universidades federais que consideramos válidas para os nossos propósitos, 30 aceitaram participar da pesquisa. Solicitamos, então, às 30 universidades que enviassem o questionário a seus egressos diretamente por e-mail e também o disponibilizamos em grupos de ex-alunos dessas universidades no Facebook. Porém, apenas 18 universidades federais enviaram o questionário diretamente para o e-mail de seus egressos, que foram justamente as universidades que registraram a maior taxa de respostas de seus egressos ao questionário

² São elas: Universidade Federal de Catalão (UFCat), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT).

(pelo menos 100 egressos de cada universidade). Visando padronizar os nossos métodos e não incorrerem no risco de enviesar a nossa amostra, restringimos a nossa unidade de análise somente aos egressos dessas 18 universidades, que receberam o questionário diretamente em seu e-mail.

Ao fazermos isso, observamos também o recomendado por Hair et al (2009) sobre termos pelo menos 100 observações em um conjunto de dados para a validade estatística dos resultados. Nesse caso, foram justamente as 18 universidades que enviaram o questionário para o e-mail de seus egressos que registraram pelo menos 100 respostas (observações, egressos) no questionário. É importante destacar que, com base nesses critérios, desconsideramos respostas de universidades que, juntas, representavam apenas 1,74% do total das respostas registradas no questionário. A tabela 1 apresenta a nossa amostra final, contendo as universidades, a região do país e suas respectivas taxas de respostas registradas e o percentual em relação ao total da amostra considerada.

Tabela 1. Amostra final de egressos, por universidade participante da pesquisa

Universidade	Região do país	Nº de egressos que responderam ao questionário	Percentual em relação à amostra final
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul	1.932	16,9%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste	1.790	15,6%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sudeste	1.657	14,5%
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	Sudeste	1.220	10,6%
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Nordeste	928	8,1%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Nordeste	763	6,7%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sul	759	6,6%
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Norte	435	3,8%
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Sudeste	319	2,8%
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sudeste	267	2,3%
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Centro-Oeste	243	2,1%
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Sudeste	198	1,7%
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Centro-Oeste	191	1,7%
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Nordeste	169	1,5%
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Norte	166	1,4%
Universidade Federal de Alfenas (Unifal)	Sudeste	162	1,4%
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Nordeste	136	1,2%
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Nordeste	123	1,1%
Total		11.458	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Antes de ser enviado às universidades listadas na tabela 1, o questionário foi analisado voluntariamente e a pedido nosso por dois pesquisadores da UFV, especialistas em pesquisas com questionários, e também por um Programador Visual da Ufes, que possui formação e experiência na área de Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Visual. Esses profissionais sugeriram mudanças pontuais quanto ao formato das perguntas e respostas no questionário, de modo que elas retratassem a realidade da melhor forma possível e também para facilitar a coleta dos dados e análise dos resultados. Além disso, o Programador Visual da Ufes validou o aspecto gráfico e a ordem das perguntas do questionário. Realizamos todas as mudanças sugeridas para o questionário a partir da análise desses profissionais, que pertencem a duas das universidades participantes da pesquisa.

Após esses ajustes e antes de aplicarmos o questionário aos egressos das universidades listadas na tabela 1, realizamos um Pré-Teste com 16 egressos do curso de Comunicação

Social – Jornalismo (Bacharelado), aplicando-lhes o questionário com um tipo de formato de perguntas, e com 22 egressos do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado), aplicando-lhes o questionário com outro formato de perguntas, ambos os cursos da UFV. O questionário no formato aplicado aos egressos do curso de Comunicação Social – Jornalismo (Bacharelado) se mostrou mais válido estatisticamente e, assim, nós adotamos sua estrutura como padrão para a versão final do questionário. Esse Pré-Teste serviu apenas para a validação do questionário e suas respostas não foram consideradas para as análises na amostra final da pesquisa.

Consideramos os ganhos dos egressos no mercado de trabalho como representados pelo tipo de ocupação e a sua remuneração. Considerar o tipo de ocupação e a remuneração dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho é um dos procedimentos mais comuns na literatura de estratificação social (HOUT, 1984, 1988; KARLSON, 2019; TORCHE, 2011). Para identificar o tipo de ocupação do egresso no mercado de trabalho, consideramos a variável “Escolaridade da ocupação”, que se refere à escolaridade exigida pelo mercado de trabalho para o exercício do cargo/emprego atual do egresso. Em casos de egressos que possuíam dois ou mais cargos/empregos cujas escolaridades das suas ocupações fossem distintas (por exemplo, um emprego de ensino médio e outro de ensino superior), nós consideramos apenas a ocupação de nível mais alto de escolaridade.

Para identificar o prestígio do curso de graduação do egresso, consideramos que Médicos, Advogados e Engenheiros, além de possuírem altas e por vezes as maiores remunerações no mercado de trabalho brasileiro (IPEA, 2015), são também histórica e culturalmente chamados de “Doutores”, ainda que não tenham feito curso de Doutorado (LEMONS, 2019). Logo, consideramos plausível classificarmos os cursos de Medicina, Direito e Engenharias como sendo os de maior prestígio social no Brasil e os demais cursos como os de menor prestígio social. Em casos nos quais o egresso realizou mais de um curso de graduação na universidade federal em questão, sendo o de Medicina, Direito ou Engenharias um deles, classificamos esse egresso como sendo de curso de maior prestígio social. O quadro 2 apresenta a definição, o formato e a descrição das nossas variáveis.

Quadro 2. Formato e descrição das variáveis da pesquisa

Variável	Formato/Descrição
Prestígio do curso	Variável independente, do tipo categórica. Refere-se ao prestígio do curso de graduação realizado pelo egresso, sendo os cursos de Medicina, Direito e Engenharias classificados como de maior prestígio social e os demais cursos classificados como de menor prestígio social.
Escolaridade da ocupação	Variável dependente, do tipo categórica. Corresponde ao nível de escolaridade exigido para o cargo/emprego do egresso sendo as opções: até o ensino médio completo ou ensino superior incompleto; até o ensino superior completo ou pós-graduação incompleta; pós-graduação completa.
Remuneração	Variável dependente, do tipo ordinal. Corresponde à remuneração mensal bruta do egresso sendo as opções: até 1 salário mínimo; de 1 a 1,5 salários mínimos; de 1,5 a 2 salários mínimos; de 2 a 2,5 salários mínimos; de 2,5 a 3 salários mínimos; de 3 a 4 salários mínimos; de 4 a 5 salários mínimos; de 5 a 7 salários mínimos; de 7 a 10 salários mínimos; de 10 a 15 salários mínimos; de 15 a 20 salários mínimos; acima de 20 salários mínimos. Classificação da remuneração em faixas salariais adaptada do critério de classes sociais feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ³ .

Fonte: Elaborado pelo autor.

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=resultados>. Acesso em: 21 jan. 2022.

Os dados foram organizados e tabulados no Excel e em seguida analisados no SPSS (versão 23). Para a análise descritiva e comparativa dos dados, utilizamos, a um nível de 95% de confiança, o Teste de Qui-Quadrado, que mede as probabilidades de associação estatística entre duas amostras independentes e verifica se há diferença entre a contagem observada e a esperada das variáveis em análise. A interpretação do p-valor do teste (que é apresentado na legenda dos gráficos e no corpo do texto) deve ser feita da seguinte forma: se o p-valor for menor que 0,05, significa que, a um nível de significância estatística de 5%, há diferença estatisticamente significativa entre as variáveis consideradas. Caso o p-valor seja maior que 0,05, dizemos que, a um nível de significância estatística de 5%, não há diferença estatisticamente significativa entre as variáveis consideradas.

Para a análise inferencial dos dados, realizamos duas Regressões Logísticas Multinomiais, onde nossas variáveis dependentes foram “Escolaridade da ocupação” e “Remuneração” e a variável independente foi “Prestígio do curso”. A Regressão Logística Multinomial é usada quando se deseja estimar um relacionamento no qual a variável dependente não é métrica, mas sim categórica (DANIELS; MINOT, 2019). Variável categórica é aquela que a sua mensuração não se encontra em uma escala contínua, mas em escalas binárias, dicotômicas, ordinais ou com múltiplas opções (HAMILTON, 2013).

Necessitamos reduzir o tamanho das faixas de ambas as variáveis dependentes para facilitar a análise das Regressões Logísticas Multinomiais. Fizemos essa redução e consequente agrupamento com base nos percentuais que os dados do questionário apontaram inicialmente. Logo, a partir dessa redução nas Regressões Logísticas Multinomiais, a variável “Escolaridade da ocupação” contém cinco categorias: nenhum nível de instrução ou ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; ensino médio completo ou ensino superior incompleto; ensino superior completo ou pós-graduação incompleta; e pós-graduação completa; e a variável “Remuneração” também contém cinco categorias na análise: egressos que ganham até 1 salário mínimo, que ganham mais que 1 até 4 salários mínimos, que ganham mais que 4 até 10 salários mínimos, que ganham mais que 10 até 20 salários mínimos e que ganham mais do que 20 salários mínimos.

É importante destacar que ambos os modelos de Regressão Logística Multinomial foram controlados através da inclusão de outras variáveis explicativas e que a literatura aponta como também afetando os ganhos dos profissionais de ensino superior no mercado de trabalho como gênero, cor/raça, origem familiar, qualidade da universidade frequentada e região do país, variáveis essas não discutidas no presente artigo.

4. Resultados

Ao compararmos o nível de escolaridade da ocupação dos egressos pelo prestígio do curso, os resultados indicam que o percentual de egressos dos cursos de menor prestígio social que ocupam cargos/empregos que exigem o ensino superior completo ou a pós-graduação completa (77,2%), embora bastante expressivo, é ainda inferior ao de egressos dos cursos de maior prestígio social (86,1%). Além disso, 67,4% dos egressos dos cursos de menor prestígio social que trabalham estão em ocupações que exigem o ensino superior completo, valor inferior ao de 76,4% dos egressos dos cursos de maior prestígio social. Em ocupações que exigem a pós-graduação completa, o percentual é muito semelhante entre os egressos dos dois tipos de curso, pois 9,8% dos egressos dos cursos de menor prestígio social estão nessas ocupações, percentual levemente superior ao de 9,7% dos egressos de cursos de

maior prestígio social. Destacamos que o percentual de egressos dos cursos de menor prestígio social trabalhando em ocupações que exigem no máximo o ensino médio completo ou o ensino superior incompleto (22,8%) é superior ao percentual de egressos de cursos de maior prestígio social (13,9%). Essas diferenças são estatisticamente significativas ($p\text{-valor} = 0,000$), o que significa dizer que o nível de escolaridade da ocupação dos egressos de cursos de menor prestígio social é diferente do de egressos de cursos de maior prestígio social, conforme mostramos no gráfico 1.

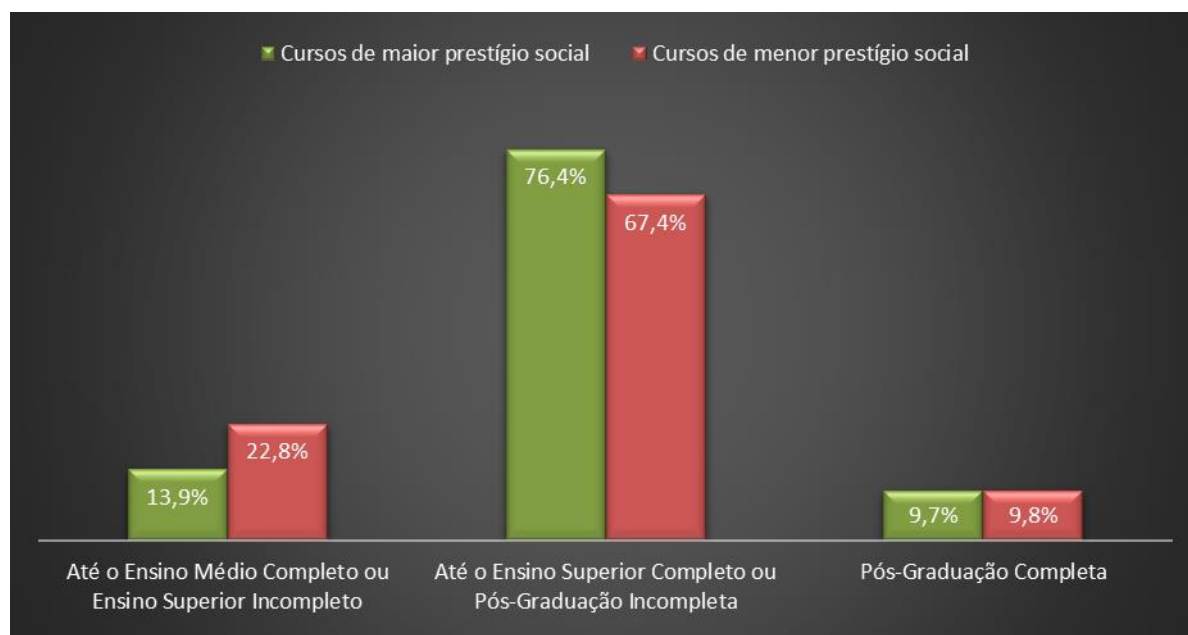


Gráfico 1. Nível de escolaridade do cargo/emprego exigido para os egressos, pelo prestígio do curso realizado ($p\text{-valor} = 0,000$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à remuneração, os resultados indicam que a participação dos egressos dos cursos de menor prestígio social tende a ser maior nas menores faixas de remuneração em relação aos egressos de cursos de maior prestígio, intensificando-se na medida em que a amostra se desloca para faixas salariais mais elevadas. Na amostra, 67,9% dos egressos dos cursos de menor prestígio social ganham até 4 salários mínimos, contra 37,5% dos egressos dos cursos de maior prestígio social. Já entre os que ganham mais de 4 salários mínimos, os egressos dos cursos de menor prestígio social somam 32,1%, contra 62,5% dos egressos dos cursos de maior prestígio social, diferenças essas estatisticamente significativas ($p\text{-valor} = 0,000$), como observamos através do gráfico 2.

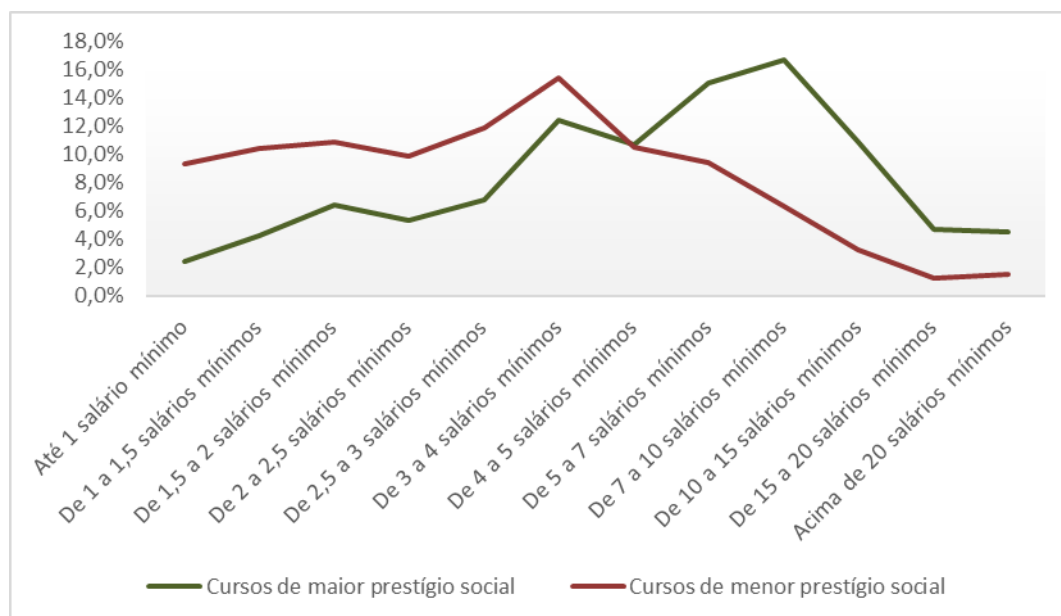


Gráfico 2 - Remuneração mensal bruta dos egressos, pelo prestígio do curso realizado (p-valor = 0,000)
Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à influência do prestígio do curso sobre a ocupação dos egressos, os resultados sugerem que egressos Médicos, Advogados e Engenheiros são mais prováveis a trabalharem em cargos/empregos que exigem maiores níveis de escolaridade, ocupações essas ditas mais qualificadas e intelectualizadas, do que os egressos profissionais dos demais cursos. Esses resultados estão apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Probabilidades de egressos de cursos de maior prestígio social obterem ocupações mais qualificadas em relação aos egressos de cursos de menor prestígio social

Egressos	Escolaridade da ocupação dos egressos*			
	Ensino Fundamental Completo ou Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo ou Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação Incompleta	Pós-Graduação Completa
Cursos de maior prestígio social	chances idênticas	1,464 vezes mais prováveis	2,272 vezes mais prováveis	2,093 vezes mais prováveis
Informações do modelo				
Crítérios de ajuste do modelo	Somente intercepto: 14776,939		Final: 13242,264	Sig. ,000
Teste de Razão de Verossimilhança	Qui-quadrado: 1534,676		gl: 72	Sig. ,000
Pseudo R ²	Cox e Snell: ,173		Nagelkerke: ,206	McFadden: ,104
Adequação do ajuste	Pearson		Qui-quadrado: 33421,532	gl: 32188
	Deviance		Qui-quadrado: 13240,877	gl: 32188
Tabela de Classificação	Porcentagem global (correta): 70,5%			

* A categoria de referência para comparação é a ocupação de egressos que não exigem nenhum nível de instrução ou exigem o Ensino Fundamental Incompleto.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à remuneração, a influência do prestígio do curso é ainda mais expressiva, pois os resultados sugerem que os egressos Médicos, Advogados e Engenheiros são consideravelmente mais prováveis a receberem maiores salários do que os egressos profissionais dos demais cursos. Esses resultados estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3. Probabilidades de egressos de cursos de maior prestígio social obterem maiores remunerações em relação aos egressos de cursos de menor prestígio social

Egressos	Remuneração dos egressos*			
	Entre 1 e 4 salários mínimos	Entre 4 e 10 salários mínimos	Entre 10 e 20 salários mínimos	Acima de 20 salários mínimos
Cursos de maior prestígio social	2,142 vezes mais prováveis	5,345 vezes mais prováveis	10,697 vezes mais prováveis	8,707 vezes mais prováveis
Informações do modelo				
Crítérios de ajuste do modelo	Somente intercepto: 19764,824		Final: 17793,425	Sig. ,000
Teste de Razão de Verossimilhança	Qui-quadrado: 1971,399		gl: 72	Sig. ,000
Pseudo R ²	Cox e Snell: ,210		Nagelkerke: ,232	McFadden: ,100
Adequação do ajuste	Pearson		Qui-quadrado: 31267,531	gl: 33424 Sig. 1,000
	Deviance		Qui-quadrado: 17790,653	gl: 33424 Sig. 1,000
Tabela de Classificação	Porcentagem global (correta): 56,1%			

* A categoria de referência para comparação é a faixa salarial dos egressos que ganham até 1 salário mínimo.
Fonte: Dados da pesquisa.

5. Discussão

Em resumo, nossos resultados sugerem uma influência positiva do prestígio do curso universitário tanto sobre a ocupação como sobre a remuneração dos egressos do ensino superior, confirmando nossa hipótese. Isso significa dizer que, no Brasil, egressos dos cursos de graduação em Medicina, Direito e Engenharias (cursos de maior prestígio social) obtêm melhores retornos no mercado de trabalho em termos ocupacionais e salariais do que os egressos profissionais dos demais cursos (cursos de menor prestígio social). A principal explicação que oferecemos para essas diferenças é que o mercado de trabalho brasileiro parece fazer distinção não apenas em função do nível de escolaridade dos profissionais (dimensão vertical), mas também em função do prestígio do curso universitário realizado pelo profissional de ensino superior (dimensão horizontal), confirmando de certo modo, a tese de Lucas (2001) sobre o papel da diferenciação da formação para ganhos no mercado de trabalho. Essa distinção pode ser resultado do nível de demandas distintas pelas carreiras profissionais dos egressos e as consequentes recompensas materiais oferecidas e associadas a cada carreira (IPEA, 2015).

Nossos resultados convergem amplamente com a literatura nacional e internacional cujas evidências recentes também apontam diferenças nos ganhos no mercado de trabalho entre egressos do ensino superior em função do prestígio do curso universitário realizado por eles (ARCIDIACONO, 2005; BARRERA-OSORIO; BAYONA-RODRÍGUEZ, 2019; BIRCH; LI; MILLER, 2009; BOBBITT-ZEHER, 2007; CHOI; BAE, 2020; D'AGUIAR; HARRISON, 2016; DURYEA et al., 2019; EIDE; HILMER; SHOWALTER, 2016; GERBER; SCHAEFER, 2004; GUIMARÃES; ANDRADA; PICAÑÇO, 2019; HASTINGS; NEILSON; ZIMMERMAN, 2013; IANNELLI; GAMORAN; PATERSON, 2018; IPEA, 2015; KONG, 2017; KOSHY; SEYMOUR; DOCKERY, 2016; MA; SAVAS, 2014;

MCGUINNESS, 2003; MONAGHAN; JANG, 2017; REED; MILLER, 1970; RUMBERGER; THOMAS, 1993; SULLIVAN et al., 2018b, 2018a; THOMAS, 2003; THOMAS; ZHANG, 2005; TRIVENTI; VERGOLINI; ZANINI, 2017; WAKELING; SAVAGE, 2015; WALKER; ZHU, 2018; ZHANG, 2008; ZIMMERMAN, 2019).

Esses resultados revelam a importância de políticas de ação afirmativa no ensino superior, como a política de cotas das universidades federais, que reserva vagas em todos os cursos de graduação para estudantes de famílias de baixa renda. Sem essa ação afirmativa, possivelmente, a grande maioria desses estudantes estaria excluída do acesso aos cursos de maior prestígio social, o que poderia contribuir para manter a forte desigualdade de renda no Brasil. Além disso, os resultados revelam a importância de se pensarem políticas públicas educacionais e de geração de trabalho, emprego e renda visando o combate de desigualdades de ganhos no mercado de trabalho, como a que encontramos nessa pesquisa.

6. Conclusões

O objetivo do artigo foi analisar a influência do prestígio do curso universitário sobre os ganhos de egressos do ensino superior no mercado de trabalho. Contribuímos para a literatura ao fazermos a primeira pesquisa ampla no Brasil comparando os ganhos de egressos das universidades federais no mercado de trabalho a partir de uma amostra expressiva, que abrange egressos de diferentes cursos, universidades e regiões do país. Confirmando nossa hipótese, os resultados sugerem que o prestígio do curso universitário tem uma influência positiva sobre os ganhos no mercado de trabalho, uma vez que egressos de cursos de maior prestígio social (Medicina, Direito e Engenharias) são mais prováveis a obterem melhores retornos ocupacionais e salariais em relação aos egressos de cursos de menor prestígio social (demais cursos). Logo, os resultados sugerem que a escolha do curso de graduação pelo estudante de ensino superior pode resultar em futuras desigualdades de ganhos no mercado de trabalho, uma vez que as carreiras universitárias mais prestigiadas pela sociedade podem oferecer melhores recompensas ocupacionais e salariais para seus profissionais.

Uma possível limitação do artigo talvez se relacione ao aspecto metodológico, uma vez que o instrumento do questionário pode ser apontado por céticos como um possível viés para a pesquisa, dado o seu caráter facultativo de adesão para preenchimento pelos egressos participantes, talvez mais interessados no tema da pesquisa. No entanto, considerando a inexistência de dados oficiais e de relatórios governamentais sobre o tema, principalmente por parte do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Economia, julgamos que nosso questionário produz resultados satisfatórios que não teríamos, pelo menos no momento atual, sem a realização dessa pesquisa. Além disso, julgamos que a nossa amostra final de 11.458 egressos, de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais brasileiras e das cinco regiões do país é bastante expressiva estatisticamente para diminuir possíveis vieses na coleta dos dados e interpretação dos resultados, sobretudo pelas evidências aqui encontradas.

Outra limitação da pesquisa diz respeito a termos considerado apenas egressos de universidades federais na nossa amostra. Logo, é fundamental que pesquisas futuras considerem egressos de universidades particulares na amostra, principalmente numa perspectiva comparativa com egressos de universidades públicas. Pesquisas futuras poderão também adotar uma perspectiva longitudinal dos dados para verificar se, ao longo do tempo, os ganhos de egressos de cursos de menor prestígio social no mercado de trabalho

permanecem inferiores aos de egressos de cursos de maior prestígio social em função de suas escolhas de carreira profissional e das dinâmicas econômicas, sociais, espaciais e temporais.

Outra sugestão de pesquisa futura é realizar análises desagregadas comparando os ganhos de egressos no mercado de trabalho em função não apenas do prestígio do curso universitário, mas também do seu gênero, da sua cor/raça, da sua origem familiar, da qualidade da universidade frequentada e da região do país, uma vez que essas variáveis também são apontadas pela literatura como relevantes para se promoverem ganhos diferenciados no mercado de trabalho entre os profissionais de ensino superior. Uma quarta sugestão de pesquisa futura é investigar por que os cursos de Medicina, Direito e Engenharias fornecem melhores retornos no mercado de trabalho em relação aos demais cursos de graduação no Brasil. Por fim, outro caminho interessante para pesquisas futuras é realizar estudos qualitativos que aprofundem nas motivações e recompensas materiais e sociais conquistadas e esperadas por egressos de cursos de maior e menor prestígio social.

Referências

ANELLI, M. The returns to elite university education: a quasi-experimental analysis. **Journal of the European Economic Association**, v. 18, n. 6, p. 2824–2868, 2020.

ARCIDIACONO, P. Affirmative action in higher education: how do admission and financial aid rules affect future earnings? **Econometrica**, v. 73, n. 5, p. 1477–1524, 2005.

BARRERA-OSORIO, F.; BAYONA-RODRÍGUEZ, H. Signaling or better human capital: evidence from Colombia. **Economics of Education Review**, v. 70, n. February, p. 20–34, 2019.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis. New York: Columbia University Press, 1964.

BIAZOTTO, M. L. S. H. et al. Comparison between students admitted through regular path and affirmative action systems in a brazilian public medical school. **Advances in Medical Education and Practice**, v. 13, p. 251–263, 2022a.

BIAZOTTO, M. L. S. H. et al. Nursing students admitted through the affirmative action system display similar performance in professional and academic trajectories to those from the regular path in a public school in Brazil. **PloS ONE**, v. 17, n. 3, p. e0264506, 2022b.

BIRCH, E. R.; LI, I.; MILLER, P. W. The influences of institution attended and field of study on graduates' starting salaries. **The Australian Economic Review**, v. 42, n. 1, p. 42–63, 2009.

BOBBITT-ZEHER, D. The gender income gap and the role of education. **Sociology of Education**, v. 80, n. 1, p. 1–22, 2007.

CHOI, J.; BAE, H. Changes in early labor market outcomes among young college graduates in South Korea. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 688, n. 1, p. 115–136, 2020.

D'AGUIAR, S.; HARRISON, N. Returning from earning: UK graduates returning to postgraduate study, with particular respect to STEM subjects, gender and ethnicity. **Journal of Education and Work**, v. 29, n. 5, p. 584–613, 2016.

- DANIELS, L.; MINOT, N. **An introduction to statistics and data analysis using Stata®**: from research design to final report. SAGE Publications, 2019.
- DURYEA, S. et al. Universities and intergenerational social mobility in Brazil: examining patterns by race and gender. **Journal of Economics, Race, and Policy**, v. 2, n. 4, p. 240–256, 2019.
- EIDE, E. R.; HILMER, M. J.; SHOWALTER, M. H. Is it where you go or what you study? The relative influence of college selectivity and college major on earnings. **Contemporary Economic Policy**, v. 34, n. 1, p. 37–46, 2016.
- ESPINOZA, O. et al. Factors that affect post-graduation satisfaction of chilean university students. **Studies in Higher Education**, v. 44, n. 6, p. 1023–1038, 2019.
- GERBER, T. P.; SCHAEFER, D. R. Horizontal stratification of higher education in Russia: trends, gender differences , and labor market outcomes. **Sociology of Education**, v. 77, n. 1, p. 32–59, 2004.
- GUIMARÃES, N. A.; ANDRADA, A. C.; PICANÇO, M. F. Transitando entre universidade e trabalho: trajetórias desiguais e políticas afirmativas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 284–310, 2019.
- HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. São Paulo, SP, Brasil: Bookman Companhia Editora Ltda, 2009.
- HAMILTON, L. C. **Statistics with Stata**: updated for version 12. 8. ed. Boston, MA, USA: Cengage Learning, 2013.
- HASTINGS, J. S.; NEILSON, C.; ZIMMERMAN, S. D. Are some degrees worth more than others? Evidence from college admission cutoffs in Chile. **NBER Working Paper**, p. 1–50, 2013.
- HOUT, M. Status, autonomy, and training in occupational mobility. **American Journal of Sociology**, v. 89, n. 6, p. 1379–1409, 1984.
- HOUT, M. More universalism, less structural mobility: the american occupational structure in the 1980s. **American Journal of Sociology**, v. 93, n. 6, p. 1358–1400, 1988.
- IANNELLI, C.; GAMORAN, A.; PATERSON, L. Fields of study: horizontal or vertical differentiation within higher education sectors? **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 57, n. June, p. 11–23, 2018.
- IPEA. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior. Brasília, DF: 2015.
- JIA, R.; LI, H. Just above the exam cutoff score: elite college admission and wages in China. **Journal of Public Economics**, v. 196, 2021.
- KARLSON, K. B. College as equalizer? Testing the selectivity hypothesis. **Social Science Research**, v. 80, p. 216–229, 2019.
- KIRKEBOEN, L. J.; LEUVEN, E.; MOGSTAD, M. Field of study, earnings, and self-selection. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 131, n. 3, p. 1057–1112, 2016.
- KONG, J. Determinants of graduates’ job opportunities and initial wages in China.

International Labour Review, v. 156, n. 1, p. 99–112, 2017.

KOSHY, P.; SEYMOUR, R.; DOCKERY, M. Are there institutional differences in the earnings of australian higher education graduates? **Economic Analysis and Policy**, v. 51, p. 1–11, 2016.

LEMONS, V. “**Doutor é quem tem doutorado**”: os médicos e advogados que preferem não ser chamados de doutores. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/14/doutor-e-quem-tem-doutorado-os-medicos-e-advogados-que-preferem-nao-ser-chamados-de-doutores.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2021.

LOPES, A. D. Affirmative action in Brazil: how students’ field of study choice reproduces social inequalities. **Studies in Higher Education**, v. 42, n. 12, p. 2343–2359, 2016.

LUCAS, S. R. Effectively maintained inequality: education transitions, track mobility, and social background effects. **American Journal of Sociology**, v. 10, n. 6, p. 1642–1690, 2001.

MA, Y.; SAVAS, G. Which is more consequential: fields of study or institutional selectivity? **The Review of Higher Education**, v. 37, n. 2, p. 221–247, 2014.

MACHADO, C.; REYES, G.; RIEHL, E. Alumni networks at elite universities and the efficacy of affirmative action: December 2021. **Working Paper, Cornell Riehl Economics**. Disponível em:
http://riehl.economics.cornell.edu/papers/mrr_affirmative_action_nov2021.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

MANZONI, A.; STREIB, J. The equalizing power of a college degree for first-generation college students: disparities across institutions, majors, and achievement levels. **Research in Higher Education**, v. 60, n. 5, p. 577–605, 2019.

MCGUINNESS, S. University of quality and labour market outcomes. **Applied Economics**, v. 35, n. 18, p. 1943–1955, 2003.

MONAGHAN, D.; JANG, S. H. Major payoffs: postcollege income, graduate school, and the choice of “risky” undergraduate majors. **Sociological Perspectives**, v. 60, n. 4, p. 722–746, 2017.

PAUL, J.-J. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 309–326, 2015.

PITT, R. N.; ZHU, L. The relationship between college major prestige/status and post-baccalaureate outcomes. **Sociological Perspectives**, v. 62, n. 3, p. 325–345, 2019.

REED, R. H.; MILLER, H. P. Some determinants of the variation in earnings for college men. **The Journal of Human Resources**, v. 5, n. 2, p. 177–190, 1970.

RUMBERGER, R. W.; THOMAS, S. L. The economic returns to college major, quality and performance: a multilevel analysis of recent graduates. **Economics of Education Review**, v. 12, n. 1, p. 1–19, 1993.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961.

- SEKHRI, S. Prestige matters: wage premium and value addition in elite colleges. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 12, n. 3, p. 207–225, 2020.
- SULLIVAN, A. et al. Elite universities, fields of study and top salaries: which degree will make you rich? **British Educational Research Journal**, v. 44, n. 4, p. 663–680, 2018a.
- SULLIVAN, A. et al. The path from social origins to top jobs: social reproduction via education. **The British Journal of Sociology**, v. 69, n. 3, p. 776–798, 2018b.
- THOMAS, S. L. Longer-term economic effects of college selectivity and control. **Research in Higher Education**, v. 44, n. 3, p. 263–299, 2003.
- THOMAS, S. L.; ZHANG, L. Post-baccalaureate wage growth within 4 years of graduation: the effects of college quality and college major. **Research in Higher Education**, v. 46, n. 4, p. 437–459, 2005.
- TORCHE, F. Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States. **American Journal of Sociology**, v. 117, n. 3, p. 763–807, 2011.
- TRIVENTI, M.; VERGOLINI, L.; ZANINI, N. Do individuals with high social background graduate from more rewarding fields of study? Changing patterns before and after the ‘Bologna process’. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 51, n. September 2016, p. 28–40, 2017.
- VIEIRA, R. S.; ARENDS-KUENNING, M. Affirmative action in brazilian universities: effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, v. 73, 2019.
- WAKELING, P.; SAVAGE, M. Entry to elite positions and the stratification of higher education in Britain. **The Sociological Review**, v. 63, n. 2, p. 290–320, 2015.
- WALKER, I.; ZHU, Y. University selectivity and the relative returns to higher education: evidence from the UK. **Labour Economics**, v. 53, p. 230–249, 2018.
- ZHANG, L. Gender and racial gaps in earnings among recent college graduates. **The Review of Higher Education**, v. 32, n. 1, p. 51–72, 2008.
- ZIMMERMAN, S. D. Elite colleges and upward mobility to top jobs and top incomes. **American Economic Review**, v. 109, n. 1, p. 1–47, 2019.